

O SUJEITO NEGRO NA ENCRUZILHADA NEOLIBERAL: Desafios e não-reconhecimento

Alex Dos Santos
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação
Em Estudos da Condição Humana – UFScar*
alex@estudante.ufscar.br

Resumo:

O artigo analisa como o neoliberalismo atualiza e aprofunda exclusões coloniais que historicamente negaram humanidade ao sujeito negro na condição humana. A partir de Laval e Dardot, demonstra-se que o neoliberalismo fabrica um sujeito/usuário competitivo e autogerido, cuja promessa de autonomia é ilusória e seletiva. Mobilizando Ynaê Lopes dos Santos, evidencia-se que a colonização instaurou no Brasil uma ontologia racial que instituiu o branco como referência de humanidade e naturalizou a inferiorização de negros e povos originários. Com Neusa Santos Souza, discute-se como o pós-abolição manteve mecanismos simbólicos que exigem do negro a negação de si para alcançar reconhecimento social. A partir de Fanon, argumenta-se que a exclusão do negro é ontológica: ele é produzido como “não-ser” e convocado a performar uma liberdade que lhe é negada. O texto conclui defendendo a urgência de pensar ontologias negras que rompam com a gramática neoliberal do reconhecimento e afirmem novas possibilidades de existência plena.

Palavras-chave: Sujeito Negro, Neoliberalismo, Ontologia.

ABSTRACT:

The article analyzes how neoliberalism updates and deepens colonial exclusions, that historically deny black people their humanity. Based on Laval and Dardot, it demonstrates that neoliberalism creates a competitive and self-managed subject/user, whose promise of autonomy is illusory and selective. Mobilizing Ynaê Lopes dos Santos, it is evident that colonization established a racial ontology in Brazil, that instituted white people as a reference for humanity, also naturalized the inferiority of black people and indigenous peoples. With Neusa Santos Souza, we discuss how post-abolition maintained symbolic mechanisms that require black people to deny themselves in order to achieve social recognition. Based on Fanon, it is argued that the exclusion of black people is ontological: they are produced as “non-beings”, called upon to perform a freedom that is denied to them. The text concludes by defending the urgency of thinking about Black ontologies that part with the neoliberal grammar of recognition and affirm new possibilities for full existence.

Keywords: Black Subject, Neoliberalism, Ontology.

Introdução:

A constituição da subjetividade na contemporaneidade impõe desafios teóricos e práticos que transcendem a mera análise econômica. O presente artigo dedica-se a analisar criticamente a formação do sujeito negro sob a égide da racionalidade neoliberal, investigando as tensões entre as promessas de universalidade e autonomia deste modelo e a realidade histórica de exclusão racial. O tema reveste-se de urgência acadêmica e social, na medida em que o neoliberalismo não se apresenta apenas como um sistema de mercado, mas como uma normativa existencial que convoca o indivíduo a performar uma autogestão empresarial, ocultando, contudo, a seletividade estrutural

que sustenta essa lógica e marginaliza corpos historicamente destituídos de humanidade plena.

O recorte analítico deste trabalho centra-se na contradição fundamental enfrentada pelo sujeito negro: a exigência de performar uma autonomia liberal em um cenário onde lhe é estruturalmente negada a condição ontológica de sujeito. Parte-se do pressuposto de que a racionalidade neoliberal não rompe com os dispositivos coloniais de exclusão, mas opera uma reatualização sofisticada destes, transformando a liberdade em um imperativo de desempenho inalcançável para aqueles situados na "zona do não-ser".

Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica crítica de natureza qualitativa e multidisciplinar, articulando a Filosofia Política, a História e a Psicanálise Social. O instrumento de análise constitui-se no entrecruzamento de quatro eixos teóricos fundamentais. Primeiramente, utiliza-se o arcabouço de *Christian Laval e Pierre Dardot* em *A nova razão do mundo* para definir a "fábrica do sujeito neoliberal" e a transição do modelo disciplinar para o modelo de performance e gozo. Em um segundo movimento, recorre-se à historiografia de *Ynaê Lopes dos Santos* para escavar as raízes coloniais e a aliança teológico-política (exemplificada nas bulas papais do século XV) que fundou o racismo estrutural e a ontologia excludente no Brasil.

Para compreender as reverberações subjetivas dessa estrutura, o artigo mobiliza as contribuições de *Neusa Santos Souza* sobre a "ascensão social" e a emocionalidade do negro, denunciando a lógica do "tornar-se gente" via negação da negritude. Por fim, o trabalho ancora-se na ontologia existencial de *Frantz Fanon*, especificamente o conceito de "zona do não-ser", para demonstrar como o racismo impede o reconhecimento dialético e impõe uma alienação que precede a própria entrada do negro no mercado neoliberal.

A estrutura do artigo obedece a esse fluxo lógico-dedutivo. A seção inicial discute a emergência do "homem empresarial" e a dissolução das solidariedades modernas. As seções subsequentes realizam um recuo histórico e ontológico, demonstrando como a "descoberta" do Brasil foi, na verdade, uma invasão de sentidos que racializou a humanidade, e como essa herança persiste na exigência de um embranquecimento subjetivo. A análise culmina na proposição fanoniana de desalienação, apontando para a necessidade de novas ontologias que superem a gramática do não-reconhecimento e afirmem existências plurais, não subordinadas exclusivamente ao paradigma da produtividade.

Fundamentação teórica:

A análise da constituição do sujeito negro na contemporaneidade exige uma fundamentação teórica que articule história, ontologia e crítica social. O ponto de partida deste artigo é a compreensão de que o neoliberalismo produz um modelo de subjetividade que se apresenta como universal, mas que, na prática, aprofunda hierarquias herdadas da colonialidade. Nesse sentido, a discussão teórica mobiliza quatro eixos centrais — Laval e Dardot, Ynaê Lopes dos Santos, Neusa Santos Souza e Frantz Fanon — que permitem compreender tanto a gênese quanto a atualização das formas de não-reconhecimento impostas ao sujeito negro.

A compreensão da condição humana do sujeito negro na contemporaneidade exige um esforço analítico que transite entre a ontologia, a história e a sociologia crítica. Não se trata apenas de descrever a exclusão, mas de entender a "máquina" que produz subjetividades e, simultaneamente, nega humanidade. Para tanto, esta seção divide-se em quatro momentos dialéticos: a análise da racionalidade neoliberal como fábrica de sujeitos; o resgate histórico das raízes coloniais e teológicas do racismo brasileiro; a discussão sobre a ascensão social e o tripé ideológico do racismo; e, por fim, a denúncia fanoniana da zona do não-ser.

A análise da subjetividade contemporânea deve partir, inicialmente, do entendimento de que o neoliberalismo não é apenas um modelo econômico, mas uma

racionalidade normativa que molda a conduta e a própria concepção de "eu". Baseando-se em Christian Laval e Pierre Dardot, compreende-se que estamos diante de uma mutação antropológica onde o sujeito produtivo da era industrial cede lugar ao sujeito do desempenho.

A sociedade deixa de ser vista como um corpo coletivo para ser interpretada como um mercado de unidades individuais em competição. Nesse cenário, a subjetividade é convocada a se moldar sob a forma de empresa. Como destacam os autores:

A concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais. O sujeito neoliberal em formação [...] é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi objeto de inúmeros trabalhos. Não faltam hoje descrições do homem "hipermoderno", "impreciso", "flexível", "precário", "fluido", "sem gravidade". Esses trabalhos preciosos, e muitas vezes convergentes, no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova do homem, a qual, para alguns, afetaria a própria economia psíquica (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 321).

Essa "nova condição do homem" implica uma ruptura com as esferas de pertencimento que caracterizavam a modernidade clássica. Se anteriormente havia uma distinção, ainda que tensa, entre o cidadão, o trabalhador e o sujeito de fé, o neoliberalismo promove uma dissolução de fronteiras em nome da eficiência total. O sujeito torna-se "uno": um empresário de si mesmo, integralmente responsável por seu sucesso ou fracasso.

A perversidade dessa lógica reside na universalização de um modelo de autonomia que é, na prática, excludente. O contrato, elevado à categoria de medida de todas as relações humanas, pressupõe uma igualdade de partida que ignora as assimetrias estruturais. A liberdade, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de coerção interna:

(...) Os contratos voluntários entre pessoas livres — obviamente sempre garantidos pela instância soberana — substituíram as formas institucionais da aliança e da filiação e, mais em geral, as formas antigas da reciprocidade simbólica. O contrato tornou-se mais do que nunca a medida de todas as relações humanas, de modo que o indivíduo passou a experimentar cada vez mais na relação com o outro sua plena e total liberdade de compromisso voluntário e a perceber a "sociedade" como um conjunto de relações de associação entre pessoas dotadas de direitos sagrados (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 324).

O debate crítico que se impõe aqui é: como o sujeito negro, historicamente despossuído da propriedade de si e tratado como mercadoria, pode se inserir nessa lógica do "contrato voluntário entre pessoas livres"? A racionalidade neoliberal, ao ignorar a raça e a história, naturaliza a desigualdade sob a roupagem da meritocracia.

Para desestabilizar a falsa universalidade do sujeito neoliberal, é imperativo retroceder à gênese da formação social brasileira. Apoiando-se na historiografia de Ynaê Lopes dos Santos, a pesquisa desloca o olhar do mito do "descobrimento" para a realidade da invasão. O dia 22 de abril de 1500 não é um marco neutro, mas o início de uma ontologia de apagamento:

Sendo assim, se fosse o caso de precisar uma data inicial para começarmos a pensar a história do racismo no Brasil, não haveria

motivos para titubear: o dia 22 de abril de 1500, mais conhecido como "o dia do Descobrimento", seria nosso marco zero. A ideia do país sendo descoberto pelos portugueses já aponta para uma tomada de posição que enxerga a história brasileira a partir da perspectiva eurocêntrica e, conseqüentemente, branca. Quando as naus chefiadas por Pedro Álvares Cabral aportaram no que é hoje o litoral sul da Bahia, o que estava por trás da "terra à vista" era um território densamente povoado por sociedades indígenas (SANTOS, 2021, p. 22).

A análise de Ynaê Lopes aprofunda-se ao expor a aliança teológico-política que sustentou essa invasão. A autora recupera a figura do Papa Nicolau V e sua relação com o rei Afonso V para demonstrar que o humanismo renascentista, longe de ser um projeto de emancipação universal, nasceu imbricado com a legitimação da escravidão.

O humanismo europeu era seletivo: exaltava a razão e a dignidade humana dentro das fronteiras da cristandade branca, enquanto autorizava, via bulas papais como a *Dum Diversas*, a submissão perpétua dos "outros". Ynaê é cirúrgica ao descrever essa contradição fundante:

(...) Nicolau V acreditava ser possível que a fé católica e a filosofia, que trazia a potência e a ação humanas para o centro de todos os debates, convivessem. (...) Acontece que o humanismo defendido por Nicolau V e compartilhado por seus pares tinha limites bem circunscritos, que não por acaso esbarravam nas fronteiras do mundo católico e branco. (...) uma profissão de fé que reconhecesse a centralidade da experiência humana foi o mesmo que, em 1452, expediu a bula *Dum Diversas*, um documento que autorizava "invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo", reduzindo-os à escravidão perpétua (SANTOS, 2021, p. 27).

Essa autorização papal não foi apenas jurídica; ela foi ontológica. Ela definiu quem era humano e quem era "inimigo de Cristo", ou seja, passível de coisificação. Essa estrutura colonial não desapareceu; ela se metamorfoseou, criando o terreno sobre o qual o sujeito negro contemporâneo tenta, sem sucesso, performar a autonomia neoliberal.

A transição da ordem escravocrata para a ordem competitiva capitalista não resolveu o problema do racismo; pelo contrário, exigiu sua sofisticação. Aqui, entra em cena a análise de Neusa Santos Souza, articulada com as observações históricas de Ynaê Lopes, sobre como o racismo brasileiro se estruturou no pós-abolição.

O artigo identifica que a ascensão social do negro no Brasil e sua busca por reconhecimento foram atravessadas por um *tripé ideológico* fundamental: o continuum de cor, a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial. Esses três elementos operam em conjunto para capturar a subjetividade negra, impondo a negação da identidade como preço para a aceitação social.

Continuum de Cor: A hierarquização baseada no tom da pele, onde a proximidade com o fenótipo branco confere vantagens relativas, fragmentando a identidade coletiva negra. *Ideologia do Embranquecimento:* A crença imposta de que o "melhoramento" da raça e do indivíduo passa pelo distanciamento das raízes africanas, tanto biológica quanto culturalmente. *Mito da Democracia Racial:* A falsa narrativa de convivência harmoniosa que silencia o conflito e impede a denúncia do racismo estrutural.

Neusa Santos Souza denuncia como a "definição inferiorizante" persistiu na nova ordem social, criando uma ótica deformada nas relações inter-raciais:

A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e da sua substituição pela

sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. Negros e brancos viam-se e entreviam-se através de uma ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado – dócil, submisso e útil –, enquanto o branco agia com o autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial (SOUZA, 2021, p. 49).

A consequência subjetiva desse processo é devastadora. O sujeito negro é impelido a buscar uma "máscara branca", a performar uma identidade que não é sua para sobreviver em um meio que o rejeita. A alienação torna-se, assim, uma estratégia de sobrevivência psíquica fadada ao fracasso, pois, como aponta o texto, a estrutura racista jamais entrega o reconhecimento pleno prometido.

Diante da falência das promessas neoliberais e da persistência das estruturas coloniais, a teoria de Frantz Fanon surge como o ponto nodal para compreender a profundidade da desumanização. Fanon não fala apenas de exclusão social; ele fala de interdição ontológica.

O conceito de "zona de não-ser" é mobilizado para explicar que, no mundo antibinegro, o sujeito negro habita uma região estéril e árida, onde a dialética do reconhecimento hegeliana não opera. O negro não é um "outro" para o branco; ele é um objeto, uma ausência. Essa constatação radical desafia a lógica do "empresário de si", pois como pode ser empresário de si aquele que não é dono nem da própria imagem corporal?

Fanon é categórico ao descrever a paralisia existencial imposta por essa estrutura:

O preto não é. Não mais do que o branco. Todos os dois têm de se afastar das vozes desumanas de seus ancestrais respectivos, a fim de que nasça uma autêntica comunicação. (...) A infelicidade do homem é ter sido criança. (...) O negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco (FANON, 2008, p. 191; p. 26).

A análise teórica demonstra que a tentativa de assimilação (o uso da "máscara branca") ou a mera performance de competência neoliberal não rompem a barreira do "não-ser". O branco aprisiona o negro em uma essência imutável, "primitivizando-o" mesmo quando este domina os códigos da cultura dominante (como a língua):

(...) falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura. O negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará tanto mais do homem verdadeiro, na medida em que tiver feito sua a língua francesa. (...) Não obstante, quando o negro se exprime corretamente, o branco lhe diz: "Você fala bem o francês para um negro". (...) O branco, assim, o enquadra, o aprisiona, o primitiviza (FANON, 2008, p. 34; p. 45; p. 50).

Portanto, a fundamentação teórica conclui que a saída não reside na adaptação à racionalidade neoliberal — que é apenas uma atualização da racionalidade colonial — mas na desalienação radical. O processo de "tornar-se negro" (Neusa Santos Souza) e a "ontologização" (Fanon) exigem a destruição das estruturas que produzem a inferioridade, e não a busca por um lugar dentro delas. É a recusa em ser o "outro" do branco para tornar-se, finalmente, uma existência para si.

Desenvolvimento do tema:

O presente estudo estrutura-se a partir de uma trajetória investigativa que transcende a compartimentalização disciplinar, propondo uma articulação dialética entre

a filosofia política, a historiografia crítica e a psicanálise social. A contribuição específica desta pesquisa reside não apenas na soma dessas perspectivas, mas na demonstração de como a racionalidade neoliberal contemporânea (Laval e Dardot) parasita e reatualiza as estruturas ontológicas de exclusão forjadas no período colonial (Ynaê Lopes dos Santos) e internalizadas psiquicamente (Neusa Santos Souza e Fanon).

A seguir, detalham-se as etapas dessa trajetória argumentativa, evidenciando como a interseção dessas esferas produz a "encruzilhada" na qual o sujeito negro se encontra: convocado a ser empresário de si, mas destituído das condições ontológicas para sê-lo.

A primeira etapa do desenvolvimento analítico confronta a universalidade abstrata do neoliberalismo com a materialidade histórica brasileira. A racionalidade neoliberal, ao dissolver as antigas solidariedades em favor de uma lógica de concorrência pura, estabelece o contrato como "a medida de todas as relações humanas". Contudo, essa premissa de um acordo voluntário entre indivíduos livres esbarra na realidade histórica da formação do Brasil.

A perspectiva interdisciplinar, ao mobilizar a historiografia de Ynaê Lopes dos Santos, revela que a base sobre a qual se tenta erguer o edifício neoliberal brasileiro não é um terreno neutro, mas um território marcado por uma invasão de sentidos. A "descoberta" de 1500 e a subsequente estruturação colonial não foram apenas eventos fundiários, mas ontológicos, que estabeleceram o branco como norma e o indígena e o negro como desvio ou ausência.

Dessa forma, a análise demonstra que o neoliberalismo não inaugura uma nova era de liberdade, mas impõe uma camada de sofisticação sobre uma estrutura arcaica. A aliança entre fé e império, exemplificada nas bulas papais como a *Dum Diversas*, já operava uma lógica de exclusão onde a humanidade era racializada. A contribuição deste estudo é evidenciar que o "sujeito de desempenho" neoliberal exige um capital inicial — não apenas financeiro, mas simbólico e humano — que foi sistematicamente expropriado do sujeito negro desde a gênese colonial. O contrato neoliberal pressupõe um sujeito que se possui, enquanto a história colonial produziu corpos negros como propriedade de outrem.

Avançando na trajetória investigativa, o estudo adentra a dimensão psicossocial, examinando como as estruturas macroeconômicas e históricas se sedimentam na subjetividade. A transição da ordem escravocrata para a ordem competitiva (capitalista/neoliberal) não desfez a hierarquia racial; ela a reconfigurou sob o mito da meritocracia e da democracia racial.

A análise interdisciplinar aqui se vale da psicanálise social de Neusa Santos Souza para demonstrar que a inserção do negro na sociedade de classes operou sob uma "ótica deformada". A liberdade jurídica do pós-abolição não garantiu a emancipação ontológica. Pelo contrário, o negro foi "enclausurado na posição de liberto", onde lhe cabia o papel de ser dócil e útil, mantendo intactos os padrões de dominação senhorial travestidos de relações de trabalho modernas.

A contribuição específica desta etapa é desvelar o custo psíquico da promessa neoliberal de ascensão. O imperativo de "tornar-se gente" no Brasil foi historicamente condicionado à negação da negritude e à mimese da branquitude. O sujeito negro, para competir no mercado neoliberal, é muitas vezes coagido a apagar seus marcadores identitários, numa tentativa de performance que Neusa Santos Souza e Fanon identificam como alienante. A "ascensão" torna-se, paradoxalmente, um movimento de despersonalização, onde o reconhecimento é buscado através da aniquilação do próprio ser.

O ponto culminante da análise reside na articulação da ontologia existencial de Frantz Fanon com a crítica ao neoliberalismo. Se o sujeito neoliberal deve ser um projeto de si mesmo, flexível e autônomo, a condição negra é marcada pela fixidez imposta pelo olhar do outro.

Fanon oferece a chave de leitura decisiva: o negro habita a "zona do não-ser". Nesta zona, a dialética do reconhecimento falha. O racismo não é apenas uma

discriminação econômica que impede o acesso ao mercado; é uma patologia que "epidermiza" a inferioridade. O corpo negro é "apisionado a uma imagem" e "vítima eterna de uma essência" pela qual não é responsável.

A perspectiva interdisciplinar permite concluir que há uma incompatibilidade estrutural entre a demanda neoliberal e a realidade ontológica negra. O sistema exige que o indivíduo seja um "empresário de si", mas a estrutura racista (sociogenia) nega ao negro a posse de seu próprio "eu". O negro é convocado a performar uma liberdade que a sociedade branca se recusa a ratificar.

Portanto, o estudo contribui ao demonstrar que a aporia do sujeito negro na encruzilhada neoliberal não se resolve com mais inclusão no mercado ("black money" ou empreendedorismo isolado), pois a falha não é de desempenho individual, mas de estrutura ontológica. A "cura" ou desalienação, como propõe Fanon, exige não a adaptação ao modelo de desempenho, mas a destruição das estruturas que criam o "inferiorizado" e a invenção de novas formas de existência que não dependam da validação de uma humanidade branca e excludente.

Considerações finais:

A trajetória percorrida neste estudo, ao situar o sujeito negro na encruzilhada neoliberal, permitiu desvelar uma aporia fundamental que atravessa a contemporaneidade: a exigência sistêmica de uma performance de autonomia e liberdade por parte de sujeitos a quem a estrutura social, histórica e ontológica nega, sistematicamente, a própria condição de humanidade. Não estamos diante de uma mera falha de inclusão econômica ou de um déficit de políticas públicas, mas sim de uma fratura ontológica que sustenta o edifício da modernidade e sua atualização neoliberal.

A primeira conclusão que se impõe, à luz da leitura de Laval e Dardot, é a de que a racionalidade neoliberal opera como uma máquina de subjetivação que é, em sua essência, cega à história e à carne. Ao transformar o indivíduo em "empresa de si mesmo", o sistema pressupõe um ponto de partida universal: um sujeito "sem gravidade", fluido, capaz de se reinventar infinitamente através de contratos voluntários. No entanto, nossa análise demonstrou que essa universalidade é uma ficção perversa. O "contrato", erigido como medida de todas as relações humanas, oculta a realidade de corpos que, historicamente, não foram partes contratantes, mas objetos transacionados. Para o sujeito negro, a injunção de "gerir a si mesmo" colide violentamente com uma estrutura sociogênica que o gere de fora para dentro, aprisionando-o em estereótipos e negando-lhe a soberania sobre sua própria imagem.

Ao escavarmos as raízes dessa interdição com Ynaê Lopes dos Santos, compreendemos que o racismo brasileiro não é um acidente de percurso, mas a tecnologia central de funcionamento da nação. A data de 22 de abril de 1500 não marca um descobrimento, mas a invasão de uma ontologia eurocêntrica que, desde o princípio, estabeleceu o "outro" (indígena e negro) como ausência de ser. A aliança teológico-política entre a Cruz e a Espada, selada por documentos como a bula Dum Diversas, não apenas legitimou a escravidão, mas sacralizou a desumanização. O humanismo renascentista de Nicolau V, que celebrava a potência humana, revelou-se um "humanismo de fronteira", restrito ao homem branco e católico, lançando o restante da humanidade na escuridão da servidão perpétua. Conclui-se, portanto, que a modernidade brasileira se fundou sobre um epistemicídio e um genocídio que não cessaram, apenas se metamorfosearam. O neoliberalismo contemporâneo é o herdeiro direto dessa lógica: se antes a exclusão se dava pela lei e pela chibata, hoje ela se dá pela culpabilização do indivíduo que falha em performar em um jogo cujas regras foram escritas para sua derrota.

A dimensão psicossocial dessa tragédia, iluminada por Neusa Santos Souza, revela o custo subjetivo da sobrevivência nesse cenário. A "ascensão social" do negro, dentro da gramática normativa brasileira, revelou-se uma armadilha de alienação. O imperativo de "tornar-se gente" foi historicamente atrelado à necessidade de embranquecer-se, de domesticar o corpo e a linguagem para caber na "ótica deformada"

da sociedade pós-abolicionista. O sujeito negro, assim, foi convocado a odiar a si mesmo como condição para ser aceito pelo outro. O neoliberalismo radicaliza essa demanda ao mercantilizar a própria identidade: a diversidade é aceita como nicho de mercado, como estética ou "black money", desde que não ameace a estrutura de poder da branquitude. A conclusão inquietante é a de que, sob o regime da performance, o negro é incentivado a ser um "sujeito de desempenho" desde que sua performance não rompa com o lugar de subalternidade simbólica que lhe foi reservado.

É aqui que a intervenção fanoniana se torna a chave de abóbada deste estudo. Frantz Fanon nos impede de cair na ilusão de que a solução para o sujeito negro reside na mera integração ao mercado ou na conquista de direitos civis formais. O problema é mais profundo: o negro habita a "zona do não-ser". Nesta zona árida e estéril, a dialética do reconhecimento não funciona, pois o olhar do branco não vê um outro sujeito, mas um objeto, uma ferramenta ou uma ameaça. A tentativa de usar a "máscara branca" é fútil, pois o negro que domina a cultura do colonizador é apenas um "negro que fala bem", nunca um igual. A ontologia do não-ser denuncia que a humanidade do negro é interdita antes mesmo de ele agir; ele é culpado por sua pele, prisioneiro de uma essência fabricada pelo racista.

Portanto, as considerações finais deste trabalho apontam para a insuficiência das saídas liberais. A "encruzilhada neoliberal" não oferece caminhos reais de emancipação, mas apenas rotas de fuga que levam à exaustão psíquica e à fragmentação do ser. O sujeito negro, impelido a competir e performar, encontra-se diante de um muro intransponível se permanecer operando apenas com as ferramentas dadas pelo sistema.

O fechamento filosófico-existencial que se extrai deste percurso é a urgência de uma **ruptura ontológica**. A desalienação, como propõe Fanon, não é um retorno a um passado mítico, nem uma busca desesperada pela aceitação branca. É um ato de violência criadora, uma recusa radical em ser o "outro" do branco para tornar-se, finalmente, uma interrogação absoluta sobre o mundo. O sujeito negro deve implodir as estruturas sociogênicas que o definem como "não-ser". Isso implica abandonar a passividade da vítima e a neurose da assimilação para assumir a "tensão permanente de sua liberdade".

Conclui-se, assim, que a verdadeira autenticidade — oposta à autonomia simulada do neoliberalismo — só será possível através de uma reinvenção do humano. É necessário superar o humanismo seletivo herdado de Nicolau V e forjar um novo humanismo, "à medida do mundo", que reconheça a pluralidade das existências sem hierarquizá-las. O sujeito negro na contemporaneidade é, paradoxalmente, o portador dessa possibilidade universal: ao denunciar, com sua própria carne, a falência do modelo ocidental de humanidade, ele abre a fresta para imaginar outras formas de vida, outras economias do desejo e da política, onde a dignidade não seja um prêmio por desempenho, mas a condição inegociável de toda existência. A saída da encruzilhada não é seguir as placas indicadas pelo mercado, mas transformar a própria encruzilhada em um lugar de potência, de encontro e de refundação do ser.

Referências:

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2021.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.